



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO – ES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA
REFERENTES À INUNDAÇÃO E DESLIZAMENTO**

ALTO RIO NOVO – ES

2022

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
1.1	DOCUMENTO DE APROVAÇÃO	3
1.2	REGISTRO DE ALTERAÇÕES.....	5
1.3	REGISTRO DE CÓPIAS DISTRIBUIDAS	6
2	OBJETIVO	7
3	ALTO RIO NOVO/ES	8
3.1	HISTÓRICO	8
3.2	ÁREAS DE RISCO CONHECIDAS NA SITUAÇÃO ATUAL	9
3.3	RECURSOS FÍSICOS DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO.....	9
	3.3.2 MAQUINÁRIO DISPONÍVEL	11
	3.3.3 ESPAÇOS FÍSICOS QUE PODEM SER UTILIZADOS COMO ABRIGOS	11
	3.4 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO	12
4	PERÍODO DE NORMALIDADE	13
5	GERENCIAMENTO DE DESASTRES.....	15
5.1	PRESSUPOSTO DE PLANEJAMENTO	15
5.2	OPERAÇÕES.....	16
5.3	CRITÉRIOS E AUTORIDADE	22
	5.3.1 ATIVAÇÃO.....	22
	5.3.2 DESMOBILIZAÇÃO	22
5.4	ETAPAS	23
	5.4.1 PRÉ-IMPACTO	23
	5.4.2 PÓS IMPACTO	24
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25

1 INTRODUÇÃO

A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC é um órgão de assessoria e apoio direto ao Prefeito com finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

O Plano de Contingência de Defesa Civil (PCDC) constitui-se como conjunto de procedimentos que nortearão a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Alto Rio Novo/ES, quanto às ações de resposta, socorro e assistência em situações de emergências, ocasionadas por fenômenos de naturais, que impliquem em possibilidade de perda de vidas e que acarretem prejuízos materiais.

Em consonância com a PNPDEC- Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, o presente Plano de Contingência é a ferramenta que norteia as ações imediatas da COMPDEC/Alto Rio Novo em casos de Situação de Emergência e Situação de Calamidade Pública. Utilizando os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis no Município.

1.1 DOCUMENTO DE APROVAÇÃO

O Plano de Contingência para inundações e deslizamentos do município de Alto Rio Novo/ES estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres naturais.

O presente plano foi elaborado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC e aprovado pelo Prefeito juntamente dos Secretários Municipais e alguns representantes de Setores fundamentais para o funcionamento do Plano, identificados na página de assinaturas, os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias com vistas ao desempenho previsto nas atividades e responsabilidades contidas neste Plano.

PÁGINA DE ASSINATURAS

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ASSINATURA
	Coordenador Municipal	

Versão 1.1 atualizada

RESPONSÁVEIS E REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE ALTO RIO NOVO

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ASSINATURA
	Prefeito Municipal	
	Sec. De Saúde	
	Sec. De Agricultura	
	Sec. De Ass. Social	
	Sec. De Educação	
	Sec. De Finanças	
	Sec. De Meio Ambiente	
	Chefe de Gabinete	
	Procurador Geral	
	Controladora Geral	
	Sec. Exec. da Defesa Civil	
	Sec. De Administração	

1.3 REGISTRO DE CÓPIAS DISTRIBUIDAS

N	ÓRGÃO	DATA	ASSINATURA
1	COMPDEC		
2	Gabinete		
3	Sec. De Administração		
4	Sec. De Agricultura		
5	Sec. De Ass. Social		
6	Sec. De Educação		
7	Sec. De Saúde		
8	Sec. De Finanças		
9	Sec. De Meio Ambiente		
10	Controladoria Geral		
11	Câmara Municipal		
12	Ministério Público Municipal		

2 OBJETIVO

O Plano Municipal de Contingência – PLACON - para inundações e deslizamentos do município de Alto Rio Novo/ES estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres naturais, recomendando e padronizando a partir da adesão dos órgãos signatários os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta, incluindo as ações de socorro, ajuda humanitária e reabilitação decenários, a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrentes.

3 ALTO RIO NOVO/ES

3.1 HISTÓRICO

O Município de Alto Rio Novo/ES possui um histórico de inundações no distrito Sede ocasionado por cheias eventuais do Córrego Rio Novo, que atravessa o Município. O mesmo córrego provoca inundações no distrito de Monte Carmelo, quando o índice de chuva foge de sua normalidade.

O território Municipal é caracteristicamente montanhoso em toda sua extensão, fator determinante para que ocorram deslizamentos de terra, em casos de Chuva Forte. A ocupação desordenada no início da povoação provocou o surgimento de áreas de risco no território da Sede, no distrito de Monte Carmelo e no distrito de Vila Palmerino.

A av. João Felipe, principal logradouro do Município, fica próxima ao córrego Rio Novo, permanecendo dentro da principal área de risco do município, no que se refere a inundações e sofreu com as inundações causadas pelas chuvas de 2013, perfazendo grande prejuízo ao Município.

A av. João Felipe é o centro comercial do Município, sendo o endereço de lojas, supermercados, farmácias e outros comércios. O Mercado Municipal e a Secretaria Municipal de Agricultura, a sede do Conselho Tutelar, o Departamento de Polícia Militar, bem como todos os já citados estabelecimentos comerciais estão dentro da área de risco de inundação. Fator que eleva os prejuízos financeiros quando ocorre tal desastre. Não bastasse a preocupação financeira, existem pelo menos 72 pessoas residentes na área de risco, segundo dados do CPRM.

Vila Palmerino é o distrito mais afastado da Sede municipal. Possui comércio próprio e bem estruturado, escolas e um posto de saúde. O local foi atingido por deslizamento de terra no ano de 2013, sendo o local mais afetado por tal ocorrência.

O distrito se consolidou em uma região entre montanhas. Esse fato colabora com a inundação da parte central do distrito, região onde se localiza os principais pontos do distrito. Além do risco de alagamento, existe o risco de deslizamento em vários pontos do distrito, uma vez que vários cidadãos construíram suas casas de forma desordenada em áreas impróprias para moradias.

O distrito de Monte Carmelo, assim como o distrito de Vila Palmerino, se consolidou na parte inferior entre algumas montanhas, progredindo em direção ao topo das mesmas. A ocupação ocorreu em regiões íngremes e impróprias para moradias, várias ruas foram abertas pelos próprios moradores, a época da ocupação. A falta de planejamento gerou área de risco por causa da inundação do Córrego e por causa do risco de deslizamento de encostas, ocupadas erroneamente.

3.2 ÁREAS DE RISCO CONHECIDAS NA SITUAÇÃO ATUAL

O Município de Alto Rio Novo/ES possui mapeamento de suas áreas de risco desde o ano de 2015. O trabalho de mapeamento foi realizado pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM e abrangeu todo o tecido urbano do Município, tanto da Sede quanto dos dois distritos.

Segundo o mapeamento realizado pela CPRM em Junho de 2015, o Município de Alto Rio Novo/ES possui 13 (Treze) setores de **ALTO** risco, sendo identificadas 61 (Sessenta e Uma) residências nesses setores. Deste total de setores 06 (Seis) estão localizados no Distrito de Vila Palmerino, contendo 13 (Treze) residências em situação de risco no referido Distrito.

O Distrito de Monte Carmelo possui 02 (Duas) áreas de risco conhecidas, contendo 05 (Cinco) residências nessas áreas, enquanto os 05 setores restantes estão localizados na Sede, onde 41 (Quarenta e Uma) residências estão contidas em áreas de risco.

O município possui ainda diversas residências localizadas em área de risco **MÉDIO** e **BAIXO**, que podem ser conferidos no relatório da CEMADEN, em anexo ao presente Plano. Vale ressaltar que o processo de mapeamento é contínuo, sendo um trabalho difícil e delicado, uma vez que o Município não dispõe de profissionais e ferramentas adequadas.

3.3 RECURSOS FÍSICOS DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO

O Município possui uma Unidade de Saúde em cada Distrito, com capacidade reduzida de atendimento. O posto de saúde de Monte Carmelo está

localizado dentro de uma área com risco médio de alagamento enquanto o posto de saúde do distrito de Vila Palmerino encontra-se próximo a uma encosta com risco de desabamento, correndo ainda o risco de ser inundado. De qualquer forma ambos possuem capacidade reduzida de atendimento, que deverá ser reforçada de acordo com a necessidade do momento.

Além dos postos citados, existe ainda uma Unidade de Saúde da Família no Bairro Padre Pedro, uma Unidade de Sanitária de Saúde no Bairro Santa Bárbara, que tem capacidade para funcionar como Pronto Atendimento e ao lado da Unidade Sanitária de Saúde existe uma Unidade de Saúde da Família. Todos esses locais estão em zonas seguras e deverão ser utilizados, caso as Unidades dos Distritos sejam afetadas.

Havendo a necessidade de pouso de Helicópteros, o mesmo pode ser efetuado nos campos de futebol existentes no Município.

Na Sede o Campo de Futebol está localizado nas Coordenadas **Lat.:19° 3'33.93"S e Lon.: 41° 1'10.92"O**. Essa região é propensa a formação de poças de água em caso de chuva intensa, por se localizar em uma área baixa cercada por morros. Nesse caso o pouso poderá ser realizado no antigo campo de futebol localizado nas Coordenadas **Lat.: 19° 3'27.22"S e Lon.: 41° 1'11.50"O**.

Nos distritos existem áreas passíveis de receber pouso, infelizmente essas áreas são propensas ao acúmulo de água em caso de chuva intensa, portanto será necessário buscar um local adequado no momento do atendimento.

3.3.1 VEÍCULOS DISPONÍVEIS

Os seguintes veículos estão a disposição da Prefeitura Municipal de Alto Rio Novo.

MODELO	LOCAL
Fiat Strada Fire 02 Portas	Sec. Mun. De Obras
Fiat Fiorino	Sec. Mun. De Obras
Caminhão pipa	Sec. Mun. De Obras
Caminhão Caçamba	Sec. Mun. De Obras
Caminhão C. Aberta	Sec. Mun. De Agricultura

Caminhão Caçamba	Sec. Mun. De Agricultura
Fiat Strada C. Aberta	Sec. Mun. De Agricultura
Ambulância	Sec. Mun. De Saúde
Ambulância	Sec. Mun. Da Saúde
Ambulância	Sec. Mun. Da Saúde
Renault Kiwd	Sec. De Saúde
Renault Kiwd	Sec. De Saúde
Chevrolet Onix	Sec. De Saúde
Chevrolet Onix	Sec. De Saúde

Além dos veículos já citados, o município possui ainda 02 ônibus escolares, que estão lotados na Secretaria Municipal de Educação.

3.3.2 MAQUINÁRIO DISPONÍVEL

As seguintes máquinas e ferramentas estão a disposição da Prefeitura Municipal de Alto Rio Novo-ES.

Motosserra	Sec. Mun. De COMPDEC
02 Roçadeiras	Sec. Mun. De Agricultura
Retro Escavadeira New Holland	Sec. Mun. De Agricultura
Retro Escavadeira jcb	Sec. Mun. De Agricultura
Trator Jhon Deere 6110d	Sec. Mun. De Agricultura

3.3.3 ESPAÇOS FÍSICOS QUE PODEM SER UTILIZADOS COMO ABRIGOS

Os abrigos serão instalados e Administrados pela Secretaria Municipal de Educação, portanto caberá à mesma escolher dentre os locais disponíveis a melhor opção, de acordo com o tamanho do evento. Preferencialmente deve ser escolhido o local que gere menos impacto na rotina do Município, evitando-se as escolas o máximo possível.

SEDE

LOCAL	RESPONSÁVEL
Ginásio Poliesportivo “José Augustinho Da Silva”	Sec. Municipal de Educação
Centro de Convivência da Terceira Idade	Sec. Municipal de Ass. Social
EMEF “Gustavo Ambrust”	Sec. Municipal de Educação
EMEF “Professor Arteme Lopes”	Sec. Municipal de Educação
CEI “Maria Venâncio de Amorim”	Sec. Municipal de Educação
PEM “Armezina do Amaral Ramos”	Sec. Municipal de Educação

Considerando que as escolas existentes nos distritos correm alto risco de inundação, será necessário solicitar apoio das Igrejas locais para abrigar as pessoas, ou deslocar os afetados até a Sede.

3.4 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO

Estão contabilizados neste plano apenas os profissionais com formação técnica ou superior. É importante frisar que todos os funcionários públicos municipais deverão ser convocados para a realização das atividades pertinentes a Situação de Emergência.

QTD	FUNÇÃO	RESPONSÁVEL
02	Médicos	Sec. Municipal de Saúde
07	Médicos Plantonistas	Sec. Municipal de Saúde
05	Enfermeiros	Sec. Municipal de Saúde
11	Técnicos de Enfermagem	Sec. Municipal de Saúde
01	Assistente Social	Sec. Municipal de Ass. Social

O município conta ainda com o apoio do SAMU, instituído pelo CIM Noroeste.

4 PERÍODO DE NORMALIDADE

Considerando que a administração pública deve manter o princípio da transparência e da legalidade em todas as suas ações, sejam elas em período de normalidade ou em Situação de Emergência, é imprescindível plena organização e preparação no período de normalidade, a fim de tornar ágil e imediato o socorro e a assistência às vítimas de desastres naturais, sem ferir as leis vigentes no país.

Em situações de emergência provocadas por inundação ou deslizamento é indubitável a ocorrência de prejuízo material e o surgimento de desalojados e desabrigados, que imediatamente devem ser realocados, fazendo jus ao recebimento de um “Kit dormitório”, um “Kit higiene” e em alguns casos um “Kit limpeza”.

Além das necessidades acima descritas, é dever do Município providenciar para as vítimas de desastres alimentação, água, abrigo, atendimento médico e se for o caso a medicação prescrita pelo profissional. Observa-se aqui uma questão de legalidade que merece atenção dos gestores municipais, uma vez que mesmo em Situação de Emergência a Lei 8666/93 prevalece, portanto toda a aquisição de materiais, bens e serviços que sejam necessários para socorrer a população **devem** seguir os trâmites da forma da referida Lei.

Por tudo exposto, é necessário que no período de normalidade a Administração pública providencie todos os mecanismos necessários para o atendimento da população em situação de emergência. Com o intuito de nortear a Gestão Municipal, o PLACON traz essas atividades listadas abaixo:

- 1- Providenciar a Licitação ou aderir a uma Ata de Registro de Preço Vigente para fornecimento dos materiais que compõe o Kit Dormitório

- 2- Providenciar a Licitação ou aderir a uma Ata de Registro de Preço Vigente para prestação de Serviços do Maquinário necessário para desobstrução de estradas e remoção de sedimentos provenientes de deslizamentos de encostas.
- 3- Providenciar a Licitação ou aderir a uma Ata de Registro de Preço Vigente para fornecimento de água mineral.
- 4- Providenciar a Licitação ou aderir a uma Ata de Registro de Preço Vigente para fornecimento dos materiais que compõe o Kit Higiene
- 5- Providenciar a Licitação ou aderir a uma Ata de Registro de Preço Vigente para fornecimento de cestas básicas.
- 6- Providenciar a Licitação ou aderir a uma Ata de Registro de Preço Vigente para fornecimento de Kits de Primeiro Socorros.
- 7- Providenciar a Licitação ou aderir a uma Ata de Registro de Preço Vigente para fornecimento dos materiais que compõe o Kit Limpeza.
- 8- Providenciar a Licitação ou aderir a uma Ata de Registro de Preço Vigente para fornecimento de colchões.
- 9- Providenciar a Licitação ou aderir a uma Ata de Registro de Preço Vigente para aluguel de geradores que atendam as necessidades dos Postos de Saúde.
- 10-Providenciar os Cartões de Proteção e Defesa Civil, com no mínimo 04 (quatro) portadores, escolhidos dentre pessoas de departamentos distintos.

Todos os materiais e serviços que são necessários para socorrer a população em situação de emergência devem ser prioritariamente adquiridos com recursos do Município, uma vez que tanto o Estado quanto a União participam do trabalho de socorro às vítimas apenas com **complementação** de recursos financeiros, mediante comprovação de incapacidade do Município de controlar a situação. Portanto, é necessário que o Município destine parte de seus recursos para o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, a fim de possuir aporte em situação de emergência.

O Município destinará ao Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, mensalmente, o equivalente a 787 UPFM, até que o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil acumule um total de 11 400 UPFM. Esse valor deverá ser utilizado

apenas em ações de resposta, desconsiderando a natureza do evento, não podendo ser utilizado em ações de prevenção nem mitigação. Para ações de mitigação e prevenção o Município deve providenciar outro recurso.

Evidencia-se ainda a necessidade da correta execução da PNPDEC em âmbito Municipal no período de normalidade, seguindo os moldes legais, para que em período de anormalidade o Município tenha capacidade de gerir e responder de forma satisfatória todas as dificuldades impostas pelo desastre ocorrido.

5 GERENCIAMENTO DE DESASTRES

O Gerenciamento dos desastres ocorridos no Município é de responsabilidade do Prefeito e é compartilhada com todas as Secretarias, cabendo a COMPDEC a função de assessorar o Prefeito e direcionar as ações a serem executadas pelo Município até que a situação de normalidade seja atingida.

O PLACON é elaborado de modo a não ultrapassar a capacidade Municipal de lidar com os Desastres relacionados ao mesmo. A partir do momento que a Situação fugir da capacidade de gerenciamento Municipal o Estado deverá ser acionado.

Considerando as limitações do Município, considerar-se-á uma Situação de Emergência com características definidas no Pressuposto de Planejamento.

5.1 PRESSUPOSTO DE PLANEJAMENTO

Para a utilização deste plano, admite-se que as seguintes condições e limitações estarão presentes:

- A capacidade de resposta dos órgãos de emergência dependerá de um plano de chamada para sua mobilização nos períodos fora do horário comercial.
- O tempo de mobilização de todos os órgãos envolvidos neste plano é de no máximo cinco horas, independente do dia da semana e do horário do acionamento.

- A mobilização dos órgãos estaduais de emergência ocorrerá em seis horas após ser autorizada.
- O monitoramento climático é realizado pelo Estado, que emite boletins informativos diariamente, alertando quanto a possibilidade de desastres com vinte e quatro horas de antecedência.
- Os sistemas de telefonia celular e rádio comunicação não serão afetados pelos eventos descritos nos cenários acidentais.
- O acesso aos distritos será limitado ou interrompido devido à queda de barreiras.
- A disponibilidade inicial de recursos financeiros será de 11 400 UPFM em até 12 horas, contadas a partir da decretação de Situação de Emergência.

5.2 OPERAÇÕES

As Operações do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil seguirão os seguintes procedimentos:

1. A resposta a ocorrências de enxurrada e deslizamento no município de Alto Rio Novo/ES será desenvolvida nas diferentes fases do desastre: No pré-desastre, e no desastre propriamente dito e na desmobilização.
2. Na fase do pré-desastre, o monitoramento será feito por meio do acompanhamento de boletins meteorológicos, emitidos pela SEPDEC e disponíveis no endereço eletrônico <<https://defesacivil.es.gov.br/>>. Fica designado a COMPDEC a função de acompanhar os boletins diários e arquivar os boletins que emitam alerta para a região onde se localiza o Município.
3. Sempre que uma situação caracterizada como alerta for identificada, esta notificação será repassada por meio de Ofício ao Prefeito ou a Chefe de Gabinete, na ausência dos mesmos o Secretário Municipal de Administração será notificado.
4. O alerta poderá ser determinado pelo Prefeito, e quando necessário será realizado e atualizado por página da Prefeitura na rede social, bem como nas páginas de todas as Secretarias Municipais e por meio

de comunicado direto aos moradores de áreas de risco, por Agentes de Defesa Civil ou qualquer outro funcionário designado pelo Chefe do Poder Executivo.

5. O alarme poderá ser determinado pelo Gabinete do Prefeito, pela Secretario(a) Municipal de Administração ou diretamente pela COMPDEC, caso os primeiros não estejam presentes. Quando necessário será realizado e atualizado por meio das redes sociais para toda a população e com veículos de sonorização para as comunidades afetadas.
6. O plano poderá ser ativado pelo Gabinete do Prefeito, mediante parecer favorável da COMPDEC. Quando necessário será atualizado e transmitido por meio das redes sociais para toda a população e carros de sonorização para as comunidades afetadas.
7. A coordenação da resposta na fase do pré-desastre será realizada pela COMPDEC.
8. Na fase do desastre, os primeiros recursos serão mobilizados, para prestar assistência às vítimas (colchões, cobertores etc.), logo após o impacto, pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
9. Na fase do desastre caberá a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transporte providenciar a liberação das estradas e remoção de barreiras, utilizando todo o maquinário disponível no Município. Bem como providenciar o fornecimento de água potável para a população.
10. A solicitação de recursos estaduais ou federais será feita por meio do Gabinete do Prefeito, assessorado pela COMPDEC.
11. Na fase de desastre caberá o Secretario Municipal de Saúde providenciar funcionamento em caráter de Emergência, convocando todos os profissionais disponíveis para atender as demandas advindas do desastre.
- 12. A estrutura de operações de resposta** será organizada de acordo com a matriz das funções de suporte a desastres, estabelecendo ações para:- **socorro: salvamento, atendimento pré-hospitalar, evacuação –assistência às vítimas: abrigo, doações, assistência**

médica, atendimento ambulatorial e hospitalar, etc – reabilitação de cenários: desobstrução das vias, reestabelecimento da energia elétrica e fornecimento de água potável.

13. Na fase de desastre caberá o Secretário Municipal de Agricultura, juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, avaliar os danos e prejuízos ocorridos na Zona Rural, emitindo **laudo**, assinado por um dos Secretários, informando a situação e os danos ocorridos em cada área que se identifique afetados.
14. Na fase de desastre caberá a Secretaria Municipal da Fazenda providenciar funcionamento em caráter especial de todos os setores que sejam necessários, para agilizar os processos de aquisição de materiais, medicamentos, água e alimentos que sejam necessários para o socorro às vítimas.
15. Na fase de desastre caberá o Secretário Municipal de Administração providenciar funcionamento em caráter especial de todos os setores que sejam necessários, para acelerar os processos de aquisição de materiais, medicamentos, água e alimentos que sejam necessários para o socorro às vítimas.
16. Na fase de desastre caberá a Secretaria Municipal de Educação providenciar funcionamento em caráter especial de todos os setores que sejam necessários, para efetuar a instalação, manutenção e administração dos abrigos temporários, bem como providenciar o transporte, quando for o caso, das vítimas até os locais de abrigo.
17. Na fase de desastre caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social providenciar funcionamento em caráter especial de todos os setores que sejam necessários, para cadastramento dos afetados, podendo solicitar apoio da Secretaria Municipal de Educação.
18. Na fase de desastre caberá ao Setor de Engenharia providenciar o levantamento de danos e prejuízos ocorridos na Zona Urbana, emitindo **laudo** informando a situação e os danos ocorridos em cada área que se identifique afetados. Podendo solicitar apoio do Setor de Tributação.

19. Na fase de desastre todas as Secretarias que possuam departamentos, prédios ou setores afetados pelo evento deverão emitir **laudo** informando os danos e prejuízos ocorridos nos mesmos.
20. Na fase de desastre caberá a COMPDEC coordenar todas as ações de resposta e providenciar toda a documentação necessária para decretação de Estado de Emergência ou Calamidade Pública. Podendo solicitar apoio do Setor de Convênios.
21. Na fase de desastre o Município deverá se adaptar a situação, podendo o Prefeito Municipal ou o Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil acrescentar ou retirar tarefas das Secretarias, seguindo as necessidades aparentes do momento.
22. Considerando a necessidade de padronizar e acelerar o atendimento aos afetados, bem como providenciar a documentação necessária para a correta Decretação de Situação de Emergência. Todos os laudos serão elaborados segundo o modelo fornecido pela COMPDEC.
23. Caso seja realizada a doação de qualquer material ou alimento para a população, o recebedor do mesmo deverá assinar a declaração de recebimento bem como participar do cadastramento de afetados, seguindo os parâmetros definidos pela COMPDEC.
24. Na fase de desastre caberá ao Gabinete do Prefeito estabelecer regime especial de funcionamento para apoiar o Prefeito e a COMPDEC na coordenação das ações necessárias a resposta do desastre.
25. Na fase de desastre caberá a Controladoria Geral do Município estabelecer funcionamento em caráter especial para garantir a legalidade de todos os processos de aquisição de água, alimentação, materiais e medicamentos necessários para atender os afetados, bem como na fase de distribuição dos mesmos.
26. **O suporte às operações de resposta** será realizado primeiramente pelos próprios órgãos envolvidos, passando a ser realizado de forma integrada nas questões relativas à **distribuição de alimentos, água,**

medicamentos e materiais utilizando recursos da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Serviços Urbanos.

27. A desmobilização será feita de forma organizada e planejada, priorizando os recursos externos e mais impactados nas primeiras operações.

28. A coordenação da resposta na fase de desmobilização será realizada pela Secretaria Municipal de Administração, assessorada pela COMPDEC.

29. Os procedimentos administrativos e legais decorrentes da situação de anormalidade serão de responsabilidade da **Controladoria Geral**, que contará com o apoio do **Setor Jurídico**.

Para o melhor entendimento de todos os envolvidos nas ações de resposta, segue o Quadro Resumo de Operações em Situação de Emergência:

QUADRO RESUMO DE OPERAÇÕES EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	
COMPDEC	Coordenar todas as ações necessárias e providenciar toda a documentação necessária para a Decretação de Estado de Emergência. Podendo solicitar apoio do Setor de Convênios.
Sec. De Administração	Providenciar funcionamento em caráter especial de todos os setores que sejam necessários, para acelerar os processos de aquisição de materiais, medicamentos, água e alimentos que sejam necessários para o socorro às vítimas.
Sec. De Agricultura	Juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, avaliar os danos e prejuízos ocorridos na Zona Rural, emitindo laudo, assinado por um dos Secretários, informando a situação e os danos ocorridos em cada área que se identifique afetados.
Sec. De Assistência	Providenciar funcionamento em caráter especial de

Social	todos os setores que sejam necessários, para cadastramento dos afetados e administrar a doação de materiais, água mineral e alimentos. Podendo solicitar apoio da Secretaria Municipal de Educação.
Sec. De Educação	Providenciar funcionamento em caráter especial de todos os setores que sejam necessários, para efetuar a instalação, manutenção e administração dos abrigos temporários, bem como providenciar o transporte, quando for o caso, das vítimas até os locais de abrigo.
Sec. De Saúde	Providenciar funcionamento em caráter de Emergência, convocando todos os profissionais disponíveis para atender as demandas advindas do desastre.
Sec. De Finanças	Providenciar funcionamento em caráter especial de todos os setores que sejam necessários, para acelerar os processos de pagamento de materiais, medicamentos, água e alimentos que sejam necessários para o socorro às vítimas.
Sec. De Meio Ambiente	Juntamente com a Secretaria Municipal Agricultura, avaliar os danos e prejuízos ocorridos na Zona Rural, emitindo laudo, assinado por um dos Secretários, informando a situação e os danos ocorridos em cada área que se identifique afetados.
Gabinete	Estabelecer regime especial de funcionamento para apoiar o Prefeito e a COMPDEC na coordenação das ações necessárias a resposta do desastre.
Controladoria Geral	Estabelecer funcionamento em caráter especial para garantir a legalidade de todos os processos de aquisição de água, alimentação, materiais e

	medicamentos necessários para atender os afetados, bem como na fase de distribuição dos mesmos; Cuidar dos procedimentos administrativos e legais decorrentes da situação de anormalidade contando com o apoio do Setor Jurídico .
Secretaria de Obras, Ser. Urbanos e Transporte	Providenciar a liberação das estradas e remoção de barreiras, utilizando todo o maquinário disponível no Município. Bem como providenciar o fornecimento de água potável para a população. Podendo solicitar apoio da Secretaria Municipal de Agricultura.

5.3 CRITÉRIOS E AUTORIDADE

5.3.1 ATIVAÇÃO

O Plano Municipal de Contingência será ativado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:

- Quando o movimento de massa for detectado
- Quando ocorrer inundação ou alagamento
- Quando se caracterizar Situação de Emergência, nos termos legais.

5.3.1.1 AUTORIDADE

O Plano Municipal de Contingência será ativado pelo Prefeito, na ausência deste pelo Vice prefeito, na ausência deste pela Chefe de Gabinete, na ausência desta, pelo Secretário de Administração. Após parecer favorável da COMPDEC.

5.3.2 DESMOBILIZAÇÃO

O Plano Municipal de Contingência será desmobilizado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que descaracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:

- Quando o nível de água baixar;
- Quando não houver alerta vermelho de chuva;
- Quando encerrar a fase de limpeza das vias, prédios e residências;
- Quando confirmar estabilização dos locais com risco de escorregamento.

5.3.2.1 AUTORIDADE

O Plano Municipal de Contingência será desmobilizado pelo Prefeito, na ausência deste, pela Chefe de Gabinete, na ausência desta, pelo Secretário de Administração. Após parecer favorável da COMPDEC.

5.4 ETAPAS

5.4.1 PRÉ-IMPACTO

Para a execução do PLACON são considerados os principais aspectos do planejamento relacionados à atuação durante as etapas do pré-impacto, ou seja, como os órgãos deverão proceder a partir da emissão de um alerta ou a confirmação de um cenário onde a probabilidade de ocorrência de um deslizamento ou enxurrada é muito grande.

O Município não possui sistemas próprios de monitoramento instalados, portanto será utilizado unicamente o sistema de boletins da SEPDEC. Portanto, a partir da confirmação do alerta vermelho para o Município, todos os secretários deverão ser avisados.

Além dos Secretários, toda a população, em especial a população residente em áreas de risco, deve estar ciente do alerta.

Considerando o princípio da preservação da vida humana. A partir do recebimento do alerta vermelho, a população deverá ser retirada das áreas de risco, o mais rápido possível.

Considerando ainda a necessidade de atender os afetados, será providenciada toda a documentação necessária para aquisição dos materiais, alimentos e medicamentos, ainda na fase de alerta. Caso o desastre se confirme, os processos de aquisição estarão adiantados.

5.4.2 PÓS IMPACTO

Ocorrido o evento inicia o processo de contingenciamento do Município, isto é, a COMPDEC avaliará o estado do Município e encaminhará um parecer sobre a situação para o Prefeito. Caso o parecer seja favorável a decretação de Situação de Emergência, o PLACON deve ser iniciado.

Considerando que o Município não dispõe de capacitação para execução do Modelo de Posto de Comando – SCO, o mesmo não será executado. Optar-se-á por um Centro de Comando Simples, de acordo com a capacidade do Município. O centro de comando será instalado na Prefeitura, local de encontro de todos os Secretários e demais diretores do Município.

O Prefeito, assessorado pela COMPDEC, designará dentre os presentes quem executará outras tarefas que forem necessárias, além das já citadas neste Plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as ações previstas no presente plano dependem do trabalho em equipe e da colaboração de todos os envolvidos, uma vez que Situações de Emergência fogem da capacidade de gerenciamento de um único Setor.

O PLACON deve ser revisto e reavaliado a cada 180 dias, sendo atualizado para a realidade mais recente do Município. As informações presentes no plano, desde os nomes dos Responsáveis por cada Setor, até os imóveis e veículos disponíveis no município, devem ser constantemente atualizados.

É imprescindível que exista um Fundo de Proteção e Defesa Civil ativo no Município, bem como os Cartões de Proteção e Defesa Civil, com portadores conscientes de sua importância e seriedade.

O Município deve se preparar a cada ano, dentro de sua capacidade orçamentária, para criar um Fundo de Emergência para Defesa Civil. As ações de prevenção são demasiadamente relevantes. Portanto, mesmo que a extinção das áreas de risco no Município seja um ideal quimérico, é dever do Poder Executivo realizar as ações que lhe sejam factíveis, dentre elas, acumular para si valores, mesmo que modestos, de modo a custear algumas ações em momentos atípicos.

ANEXO II – BENEFICIÁRIOS DA DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS
CESTAS DE ALIMENTOS

FORMULÁRIO DE RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DAS CESTAS DE ALIMENTOS DISTRIBUIDAS A GRUPOS POPULACIONAIS ESPECIFICOS

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Este formulário é parte integrante do Relatório de Prestação de Contas dos Kits de Assistência Humanitária e deve ser preenchido no momento da entrega dos KITS aos afetados.

É OBRIGATÓRIO o preenchimento dos campos destinados às informações do município, nome do beneficiário, nome da mãe, nº CPF, NIS e data de nascimento.

Grupo Populacional:

Nome(s) do Responsável(eis) pela distribuição:

Órgão:

Data da distribuição:

Nome da Comunidade:

Município:

ANEXO III – BENEFICIÁRIOS DOS KITS DORMITÓRIOS

KIT DORMITÓRIO**RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS**

FORMULÁRIO DE RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DOS KITS EMERGENCIAIS DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Esse formulário é parte integrante do Relatório de Prestação de Contas dos Kits de Assistência Humanitária e deve ser preenchido no momento da entrega dos KITS aos afetados.

Nome(s) do(s) Responsável(eis) pela distribuição dos kits:						CPF:
Órgão:			Período da distribuição:		Assinatura:	
Evento Adverso:						
Local de distribuição dos kits:						
Nome do Município:						UF:
Localidade	KIT	Quantidade	Quantidade de Pessoas Atendidas	Nome do Afetado	Documento de Identificação	ASSINATURA
	DORMITÓRIO					
	DORMITÓRIO					
	DORMITÓRIO					
	DORMITÓRIO					
	DORMITÓRIO					

ANEXO IV – BENEFICIÁRIOS DOS KITS DE HIGIENE PESSOAL

KIT HIGIENE PESSOAL**RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS**

FORMULÁRIO DE RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DOS KITS EMERGENCIAIS DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Esse formulário é parte integrante do Relatório de Prestação de Contas dos Kits de Assistência Humanitária e deve ser preenchido no momento da entrega dos KITS aos afetados.

Nome(s) do(s) Responsável(eis) pela distribuição dos kits:

CPF:

Órgão:

Período da distribuição:

Assinatura:

Evento Adverso:

Local de distribuição dos kits:

Nome do Município:

UF:

Localidade	KIT	Quantidade	Quantidade de Pessoas Atendidas	Nome do Afetado	Documento de Identificação	ASSINATURA
	HIGIENE PESSOAL					
	HIGIENE PESSOAL					
	HIGIENE PESSOAL					
	HIGIENE PESSOAL					
	HIGIENE PESSOAL					

ANEXO V - AGENDA DE CONTATOS

	NOME	TELEFONE	CARGO/FUNÇÃO
01			Prefeito
02			Vice - Prefeito
03			Secretário Municipal
04			Secretário Municipal
05			Chefe de Gabinete
06			Procurador Geral
07			Secretário Municipal
08			Secretária Municipal
09			Secretário Municipal
10			Secretária Municipal
11			Def. Civil Regional
12			Coord. M. Def. Civil
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Trabalho elaborado pelo Engenheiro Civil Bruno Martins da Silva, escrevi o presente Plano de Contingenciamento com a orientação da REPDEC-Colatina e com apoio do Coordenador Municipal de Defesa Civil, Wagner Adão Vieira Correa.

O presente Plano possui 34 (Trinta e quatro) Páginas numeradas, sendo a última datada e assinada, 05 (Cinco) Anexos e nenhuma imagem.

Alto Rio Novo/ES, 17 de Março de 2022.

LUIZ AMÉRICO BOREL
Prefeito Municipal

RACSONAN LOURENÇO DA SILVA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

WAGNER ADÃO VIEIRA CORREA
Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil

GRACIELIA JOREMA ROSA ALVES
Engenheira Civil
CREA ES-0049447/D